10/11/2006 - 86924 - Ind. e Com. De Produtos Alimentícios 2001 - 2.970,00 - 100/2006

10/11/2006 - 86925 - Bigua Alimentos Ltda. - 3.360,00 - 100/2006

10/11/2006 - 86926 - Bigua Alimentos Ltda. - 9.504,00 - 100/2006

10/11/2006 - 86927 - Unifrigo Insd.Com.Imp.Exp.Ltda. - 4.800,00 - 099/2006

10/11/2006 - 86928 - Comercial Hortifrutí. Francisco Dona Lt - 1.436,50 - 100/2006

10/11/2006 - 86929 - Claudio de Carvalho Itapetininga Me - 10.324,00 - 099/2006

10/11/2006 - 86930 - Luis Carlos de Oliveira Itapetininga - 549,70 - 100/2006

10/11/2006 - 86931 - Luis Carlos de Oliveira Itapetininga - 4.242,00 - 100/2006

10/11/2006 - 86932 - Gisele Regina Rodrigues Kinitell - Me - 476,00 - 100/2006

10/11/2006 - 86933 - Luis Carlos de Oliveira Itapetininga - 2.100,00 - 100/2006

10/11/2006 - 86934 - Companhia Sul Paulista de Energia - 47.700,00 - 004/2006

10/11/2006 - 86935 - Cristina Mara Klutchkovski Gomes - 1.284,54 - 032/2006

10/11/2006 - 86936 - Telecomunicações de Sao Paulo S/A - Tel - 1.533,33 - 001/2006

14/11/2006 - 88581 - Copagaz Distribuidora de Gas Ltda - 1.989,00 - 072/2006

16/11/2006 - 88712 - Menk & Plens Ltda *Bec* - 680,00 - 183/2006

17/11/2006 - 88938 - S.I. Com.De Alimentos e Representação Ltda. *Bec* - 136,00 - 186/2006

17/11/2006 - 89381 - Fund.Prof.Dr.Manoel P.Pimentel - Ugfrp - 67.600,00 - 169/2006

17/11/2006 - 89382 - Gilberto Miotti Arribamar - Me - 508,00 - 100/2006

17/11/2006 - 89383 - Comercial Hortifrutí. Francisco Dona Lt - 1.436,50 - 100/2006

17/11/2006 - 89384 - Alimentar Comercio de Prod. Alimenticio - 2.024,00 - 099/2006

17/11/2006 - 89385 - Unifrigo Insd.Com.Imp.Exp.Ltda. - 4.800,00 - 099/2006

17/11/2006 - 89386 - Gisele Regina Rodrigues Kinitell - Me - 476,00 - 100/2006

17/11/2006 - 89387 - Luis Carlos de Oliveira Itapetininga - 549,70 - 100/2006

21/11/2006 - 90288 - Assert Comercio Ltda *Bec* - 2.952,00 - 185/2006

22/11/2006 - 90429 - O.Filizzola & Cia.Ltda. *Bec* - 1.200,00 - 189/2006

24/11/2006 - 91029 - Claudio de Carvalho Itapetininga Me - 10.324,00 - 099/2006

24/11/2006 - 91030 - Unifrigo Insd.Com.Imp.Exp.Ltda. - 4.800,00 - 099/2006

24/11/2006 - 91031 - Viação Piracema de Transportes - 72,71 - 012/2006

24/11/2006 - 91032 - Transpen Transporte Coletivo Encomendas - 70,95 - 011/2006

24/11/2006 - 91033 - Viação Cometa S/A - 1.139,95 - 006/2006

27/11/2006 - 91746 - Maria Helena C B Silva Me *Bec* - 1.295,00 - 188/2006

27/11/2006 - 91747 - Copagaz Distribuidora de Gas Ltda - 229,00 - 072/2006

27/11/2006 - 91748 - Empresa Brasileira de Correios e Telegr - 555,00 - 005/2006

28/11/2006 - 92020 - Copagaz Distribuidora de Gas Ltda - 880,00 - 072/2006

28/11/2006 - 92021 - Copagaz Distribuidora de Gas Ltda - 2.218,00 - 072/2006

30/11/2006 - 93008 - Luis Carlos de Oliveira Itapetininga - 549,70 - 100/2006

30/11/2006 - 93009 - Comercial Hortifrutí. Francisco Dona Lt - 1.436,50 - 100/2006

30/11/2006 - 93010 - Gisele Regina Rodrigues Kinitell - Me - 476,00 - 100/2006

30/11/2006 - 93011 - Viação Calvipe Ltda - 22.059,75 - 188/2003

30/11/2006 - 93012 - Unifrigo Insd.Com.Imp.Exp.Ltda. - 4.800,00 - 099/2006

30/11/2006 - 93013 - Comercial Hortifrutí. Francisco Dona Lt - 1.436,50 - 100/2006

30/11/2006 - 93014 - Claudio de Carvalho Itapetininga Me - 11.842,80 - 099/2006

30/11/2006 - 93015 - Uno Central de Copias e Com. Visual LtD - 560,00 - 044/2005

30/11/2006 - 93016 - Expresso Amarelinho Ltda - 71,28 - 007/2006

30/11/2006 - 93017 - Breda Sorocaba Transportes e Turismo Lt - 21,90 - 010/2006

30/11/2006 - 93018 - Vb Transportes e Turismo Ltda - 230,10 - 008/2006

30/11/2006 - 93019 - Viação Cometa S/A - 795,75 - 006/2006

Extratos de Contrato

Contrato 043/2006-PIII. Processo 164/2006-PIII. Pregão 007/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: ALIMENTAR COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. Valor R\$ 31.110,30. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 044/2006-PIII. Processo 164/2006-PIII. Pregão 007/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: BIGUÁ ALIMENTOS LTDA. Valor R\$ 36.000,00. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 045/2006-PIII. Processo 164/2006-PIII. Pregão 007/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: ODEBRECHT COM.IE IND.DE CAFÉ LTDA. Valor R\$ 16.050,00. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 046/2006-PIII. Processo 164/2006-PIII. Pregão 007/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA ITAPETININGA. Valor R\$ 27.129,30. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 047/2006-PIII. Processo 164/2006-PIII. Pregão 007/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: COMERCIAL HORTIFRUTIGRANJEIROS FRANCISCO DONA LTDA. Valor R\$ 15.189,20. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 048/2006-PIII. Processo 164/2006-PIII. Pregão 007/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: GISELE REGINA RODRIGUE KNITTEL. Valor R\$ 18.171,40. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis e Hortifrutigranjeiros. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 049/2006-PIII. Processo 163/2006-PIII. Pregão 006/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: CLÁUDIO DE CARVALHO ITAPETININGA - ME. Valor R\$ 94.824,00. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 050/2006-PIII. Processo 163/2006-PIII. Pregão 006/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININ-

GA. Contratada: UNIFRIGO IND. COM. IMP. EXP.LTDA. Valor R\$ 82.140,00. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 051/2006-PIII. Processo 163/2006-PIII. Pregão 006/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: GANIKO & MIGUEL LTDA. - EPP. Valor R\$ 15.246,00. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 052/2006-PIII. Processo 163/2006-PIII. Pregão 006/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: ALIMENTAR COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. Valor R\$ 42.973,50. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006

Contrato 053/2006-PIII. Processo 163/2006-PIII. Pregão 006/2006-PIII. Contratante: PENITENCIÁRIA II DE ITAPETININGA. Contratada: SILVANA APARECIDO SOROCABA - ME. Valor R\$ 21.258,00. Objeto: a aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis. Período de fornecimento: 01/12/2006 à 28/02/2007. Assinatura em 01/12/2006.

PENITENCIÁRIA DR. ANTONIO DE QUEIROZ FILHO - ITRAPINA

Comunicado

Interessada: Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda. Notificamos a empresa acima inscrita no CNPJ 78.597.150/0003-83, Avenida Paulista, 352- Centro- São Paulo/ SP - Processo 119/06 – PAQF – Pregão Presencial 014/06. Deixou de entregar a quantidade de 1.250 pacote c/ 500 gramas de café especial superior, torrado e moído embalado à vácuo, com entrega prevista para o dia 08/11/2006, adiada para 13/11/06, entrega realizada em 21/11/06, sanção prevista no inciso II artigo do 87 da Lei Federal nr. 8.666/93 e suas alterações, conforme publicação no D.O. 14/11/06, será aplicada: Multa no valor de R\$ 141,31, correspondente a 10,14 Ufesp, nos termos incisos I e II dos artigos 3º e 5º da Resolução SAP. 42 de 27/09/99, multa por atraso injustificado na execução da contratação. O valor da multa será descontado do primeiro pagamento após sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros. Fica aberto a partir desta publicação, prazo de 05 dias úteis para interposição de recursos, nos termos do artigo 109, letra “f” da mesma Lei, ficando os autos do processo com vista franqueada aos interessados.

PENITENCIÁRIA “DR. DANILO PINHEIRO” - SOROCABA

DIRETORIA TÉCNICA DE DEPARTAMENTO

Despacho do Diretor, de 26-12-2006

Referente Convite BEC 25768/2006 - Processo 235/2006. Objeto: Aquisição de Outros Materiais de Consumo. Tendo em vista a manifestação do Diretor do Centro Administrativo desta Unidade Prisional, que acolho, Aplico a multa no valor de R\$ 15,48 na Empresa Nelson Egisto Parducci-ME., inscrita no CNPJ 07.041.124.0001-64, referente ao atraso injustificado de 06 dias na entrega de 12 unids. Faca para Cozinha 9” e 200 pcts. Absorventes Higiénico, prevista no Artigo 3º da Resolução SAP 42/99, de 27/09/99.Fica aberto o prazo de 05 dias úteis para interposição de recursos, nos termos do Artigo 109, Inciso I, alíneas “e” e “f” da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no que couber, na Lei Federal 6544/89, ficando franqueado vistas dos autos a interessada, como determina o parágrafo 5º do mesmo Artigo.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE AMERICANA

Despachos do Diretor, de 26-12-2006

Notifico a empresa Cirúrgica Moreira Ltda. CNPJ 55.925.374/0001-00, com sede à Av. Dique de Caxias 2-53 - Jardim Mesquita, Bauru/SP , a apresentar razões pela não entrega da mercadoria objeto do Convite BEC nº 24.842/2006 Oferta de Compra nº 173 e Empenho nº 416 do processo nº 291/06, com entrega prevista para até 11/12/2006 e a empresa estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 artigo 87 e Resolução SAP nº 42 de 27-9/1999, conforme preceitua o Decreto 46.074, de 30/8/2001 artigo 11. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar desta para apresentação de defesa prévia nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Notifico a empresa Laps’Pel Comércio de Papéis e Informática Ltda. CNPJ 54097472/0001-33, com sede à Rua Orville Derby, 81 - Mooca - São Paulo/SP , a apresentar razões pela não entrega da mercadoria objeto do Convite BEC nº 26.846/2006 Oferta de Compra nº 176 e Empenho nº 428 do processo nº 313/06, com entrega prevista para até 18/12/2006 e a empresa estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 artigo 87 e Resolução SAP nº 42 de 27-9/1999, conforme preceitua o Decreto 46.074, de 30/8/2001 artigo 11. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar desta para apresentação de defesa prévia nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Notifico a empresa Camargos Comercial e Distribuidora Ltda.-ME. CNPJ 74251984/0001-10, com sede à Rua Paes Leme, 65 - Pinheiros, São Paulo/SP, a apresentar razões pela não entrega da mercadoria objeto do Convite BEC nº 26.846/2006 Oferta de Compra nº 176 e Empenho nº 430 do processo nº 313/06, com entrega prevista para até 18/12/2006 e a empresa estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 artigo 87 e Resolução SAP nº 42 de 27-9/1999, conforme preceitua o Decreto 46.074, de 30/8/2001 artigo 11. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar desta para apresentação de defesa prévia nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Notifico a empresa S.W.Print Informática Ltda.-ME CNPJ 07332308000183, com sede à Rua Rio Jacuí, 310 - Conjunto Residencial Branca Vieira - Maringá/PR, a apresentar razões pela não entrega da mercadoria objeto do Convite BEC nº 26.932/2006 Oferta de Compra nº 178 e Empenho nº 433 do processo nº 315/06, com entrega prevista para até 18/12/2006 e a empresa estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 artigo 87 e Resolução SAP nº 42 de 27-9/1999, conforme preceitua o Decreto 46.074, de 30/8/2001 artigo 11. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar desta para apresentação de defesa prévia nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Notifico a empresa G.T.M Com. Equip. e Suprimentos Ltda. CNPJ 80.607.237/0001-74, com sede à Rua Rua Bruno Figueira, 2368 Conj. 01 - Biborlilho, Curitiba/PR, a apresentar razões pela não entrega da mercadoria objeto do Convite BEC nº 26.932/2006 Oferta de Compra nº 178 e Empenho nº 435 do processo nº 315/06, com entrega prevista para até 18/12/2006 e a empresa estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 artigo 87 e Resolução SAP nº 42 de 27-9/1999, conforme preceitua o Decreto 46.074, de 30/8/2001 artigo 11. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar desta para apresentação de defesa prévia nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Notifico a empresa Nelson Egisto Parducci-ME CNPJ 07041124/0001-64, com sede à Rua Itagyba, 95 Vila Alexandria, São Paulo/SP, a apresentar razões pela não entrega da mercadoria objeto do Convite BEC nº 26.843/2006 Oferta de

Compra nº 179 e Empenho nº 438 do processo nº 316/06, com entrega prevista para até 18/12/2006 e a empresa estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 artigo 87 e Resolução SAP nº 42 de 27-9/1999, conforme preceitua o Decreto 46.074, de 30/8/2001 artigo 11. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar desta para apresentação de defesa prévia nos termos do artigo 109 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Fazenda

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SF-42, de 22-12-2006

Dispõe sobre a revisão dos valores da despesa diária de condução

O Secretário da Fazenda, tendo em vista o Decreto 30.595, de 13 de outubro de 1989, resolve:

Artigo 1º - Os valores da despesa diária de condução a que alude o artigo 3º, do Decreto 30.595, de 13-12-89, alterado pelo Decreto 38.687, de 27 de maio de 1994, passam a ser os constantes do Anexo que faz parte desta resolução.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2006. Anexo a que se refere o artigo 1º da Resolução SF 42 de 22 de dezembro de 2006.

Região Administrativa	Valor diário da despesa de condução - R\$
Região Metropolitana da Grande São Paulo	9,20
Santos	6,00
Taubaté	5,70
Sorocaba	6,84
Campinas	6,00
Ribeirão Preto	5,70
Bauru	4,80
Araçatuba	5,40
Presidente Prudente	6,00
São José do Rio Preto	5,40
Marília	5,70
Araraquara	5,70

Resolução SF-42, de 26-12-2006

Estabelece normas complementares para as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica

O Secretário da Fazenda, em cumprimento ao disposto no artigo 13 do Decreto 51.314, 29 de novembro de 2006, resolve:

Artigo 1º - Para serem admitidas como consignatárias, as entidades e os órgãos da administração direta e indireta do Estado deverão solicitar sua inscrição à Secretaria da Fazenda.

§ 1º - O requerimento mencionado no “caput” deste artigo deverá, sob pena de indeferimento, ser instruído com os seguintes documentos:

1 - para as entidades referidas nos incisos II, III, IV, V e VI do artigo 2º, do Decreto 51.314, de 29 de novembro de 2006:

- cópia do estatuto social registrado no órgão competente;
- cópia da ata de eleição e do termo de posse da diretoria devidamente registradas;
- qualificação de cada membro da diretoria da entidade, constando nome, Registro Geral e, se for servidor da ativa, denominação do cargo ou função-atividade e órgão de classificação;
- relação dos associados-contribuintes, constando os nomes e respectivos Registros Gerais - RG, para comprovação da condição exigida no artigo 3.º, inciso VI do Decreto 51.314, de 29 de novembro de 2006;
- identificação das espécies de descontos a serem consignados de seus associados-contribuintes;
- certidão do Registro de Imóveis comprovando a propriedade da sede da entidade ou o contrato de locação, conforme o caso;
- cópia de contratos ou convênios firmados com empresas e/ou profissionais liberais para prestação de serviços, devidamente registrados, que justifiquem os descontos a serem efetuados dos seus associados-contribuintes;
- declaração assinada pela autoridade máxima da entidade atestando que toda a sua movimentação financeira é efetuada única e exclusivamente pelo Banco Nossa Caixa S.A., indicando o respectivo número da conta corrente;
- declaração assinada por todos os dirigentes da entidade atestando que a entidade atende a todas as condições exigidas no artigo 3.º do Decreto 51.314, de 29 de novembro de 2006;
- cópia do cartão do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- indicação da Agência do Banco Nossa Caixa S.A. e o número da conta corrente para transferência dos valores consignados;
- Quando se tratar de cooperativa de consumo, a entidade deverá apresentar declaração de que possui armazém próprio ou alugado, identificando a sua localização, e comprovante atualizado de atendimento às normas da Lei Federal 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- Quando se tratar de cooperativa habitacional, a entidade deverá apresentar o comprovante atualizado de atendimento às normas da Lei Federal 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- Quando se tratar de cooperativa de crédito, a entidade deverá comprovar, mediante certidão atualizada, estar em conformidade com as exigências da Lei Federal 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e devidamente registrada no Banco Central do Brasil;

II - para a entidade referida no inciso VII do artigo 2º, do Decreto 51.314, de 29 de novembro de 2006:

- cópia do estatuto social registrado no órgão competente, ou documentação comprobatória dos produtos e serviços disponibilizados;
- cópia do cartão do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- indicação da Agência do Banco Nossa Caixa S.A. e o número de conta corrente para transferência dos valores consignados;
- identificação das espécies de descontos a serem consignados de seus associados, cooperados, sócios ou clientes;
- cópia de contratos ou convênios firmados com empresas ou profissionais liberais para prestação de serviços que justifiquem os descontos a serem efetuados dos seus associados, cooperados, sócios ou clientes.

§ 2º - Sempre que ocorrer qualquer alteração dos dados especificados nos itens do parágrafo anterior, as entidades consignatárias deverão encaminhar imediatamente as respectivas documentações ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE da Coordenação da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda.

§ 3º - Os órgãos da administração direta e indireta do Estado, para serem admitidas como consignatárias em folha de pagamento, deverão formalizar seu pedido ao Secretário da Fazenda, com exposição de motivos da consignação pleiteada, bem como a sua população alvo.

Artigo 2º - Verificada a inexistidão, a qualquer tempo, no todo ou em parte, dos documentos referidos no artigo 1.º desta Resolução, ou irregularidades na utilização dos códigos de desconto, os responsáveis ficam sujeitos às penas administrativas inculpidas no Código Penal, sem prejuízo das sanções administrativas.

Artigo 3º - A entidade admitida como consignatária será atribuída um código de desconto, mediante Comunicado do Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, publicado no D.O.

Artigo 4º - Cada entidade consignatária poderá utilizar, no máximo, 10 espécies de consignações, autorizadas mediante Comunicado do Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, publicado no D.O.

Parágrafo Único - As cooperativas de crédito somente poderão utilizar as consignações específicas de sua atividade e autorizadas pela legislação federal aplicável.

Artigo 5º - Os descontos em folha de pagamento, salvo os obrigatórios por força de lei, os decorrentes de ordem judicial, os de custeio de benefícios e auxílios e os de reposição ou indenização ao erário, somente serão admitidos com autorização expressa do consignado, a ser arquivada pela entidade consignatária, juntamente com a documentação comprobatória que deu origem à consignação, podendo ser requisitadas pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE a qualquer tempo.

Artigo 6º - Será recusada a inclusão de consignação que, somada às anteriormente existentes, exceda o limite estabelecido no artigo 6º do Decreto 51.314, de 29 de novembro de 2006.

Artigo 7º - Os pedidos de cancelamento de consignação em folha de pagamento, apresentados pelos servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados ou por pensionistas, deverão ser individuais e dirigidos à entidade consignatária, a qual terá o prazo de 30 dias para providenciar o cancelamento, por meio magnético ou eletrônico.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de 30 dias, sem que a consignatária tenha se manifestado a respeito, o Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE procederá ao cancelamento imediato do desconto, se o consignado apresentar cópia do pedido de cancelamento com o respectivo comprovante de recebimento pela entidade consignatária.

Artigo 8º - O desconto referente ao custeio do serviço, mencionado no artigo 11 do Decreto 51.314, 29 de novembro de 2006, será efetuado na seguinte conformidade:

- 1% (um por cento) para seguintes espécies de consignações:

- a) contribuições e/ou mensalidades estatutárias;
- b) despesas com planos de saúde, inclusive odontológicas;
- 2% (dois por cento) para as demais espécies de consignações.

Artigo 9º - As entidades consignatárias elencadas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do artigo 2º, do Decreto 51.314, 29 de novembro de 2006, que não atenderem as exigências fixadas por esse diploma legal, no tocante à atuação dos órgãos ou autoridades desta Pasta, com atribuições de controle, auditoria e fiscalização, terão suspenso o seu direito à consignação em folha de pagamento.

Parágrafo Único - Este artigo se aplica às cooperativas e crédito, exceto no que se refere à auditoria e fiscalização, cujos critérios seguem as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 10 - Todos os procedimentos operacionais pertinentes às consignações serão estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE.

Artigo 11 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções SF 18/86, de 28 de maio de 1986 e SF 28/2000, de 21 de julho de 2000.

Portaria GS/CG-4, de 22-12-2006

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados referentes ao controle e fiscalização dos recursos públicos geridos pela entidades do Terceiro Setor parceiras do Estado

O Chefe de Gabinete, considerando o disposto no Decreto 51.346 de 08/12/2006 sobre os procedimentos a serem observados referentes ao controle e fiscalização dos recursos públicos geridos pela entidades do Terceiro Setor parceiras do Estado;

Considerando o disposto no Decreto 51.291 de 22/11/2006 que instituiu, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor - CPATES;

Considerando que o Departamento de Controle e Avaliação, vinculado à Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda, será responsável pelo recebimento e análise das informações prestadas pelas entidades parceiras do Estado, expede a seguinte portaria:

Artigo 1º - As entidades integrantes do Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor - CPATES, constituídas como fundações, associações ou sociedades sem fins lucrativos, seja sob forma de Organizações Não-Governamentais - ONGs, ou qualificadas como Organizações Sociais - OSs, ou ainda, que tenham recebido o título de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, deverão encaminhar, mensalmente, o demonstrativo da origem e aplicação dos recursos recebidos do Estado para o Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, conforme o disposto no artigo 2º do Decreto 51.346 de 08/12/06.

§ 1º - As entidades deverão encaminhar os dados solicitados de acordo com o Modelo Padrão, constante do Anexo I, até o dia 10 de cada mês, tendo como referência a posição do último dia do mês anterior.

§ 2º - O demonstrativo deverá conter a exata aplicação dos recursos recebidos e, obrigatoriamente, a identificação e assinatura do responsável da entidade.

§ 3º - Nos casos em que as entidades parceiras tenham mais de um instrumento celebrado tendo como objeto entidade pública gerenciada, programa, projeto ou serviço, as informações constantes no demonstrativo da origem e aplicação de recursos deverão ser individualizadas por instrumento de celebração.

Artigo 2º - O Departamento de Controle e Avaliação, responsável pelo recebimento e análise das informações, em conformidade com o